

O experimento progressista em Minas Gerais

El experimento progresista en Minas Gerais

Michel Saldanha*

Resumo: Este artigo analisa a tentativa de implementação da Liga Progressista em Minas Gerais na década de 1860. A premissa defendida é que coube a Saldanha Marinho instalar a Liga Progressista em Minas Gerais, quando foi nomeado para presidir a província. Utilizando-se de periódicos como fontes de investigação, fez-se um balanço das trocas de gabinetes da Liga a partir de 1862; um balanço dos presidentes de Minas sob os governos ligueiros; e a análise da administração Saldanha Marinho, apontando os resultados e contradições em seu objetivo de instalar a Liga em Minas Gerais.

Palavras-chave: Liga Progressista; experimento progressista; Saldanha Marinho.

Resumen: Este artículo analiza el intento de introducir la Liga Progresista en Minas Gerais en la década de 1860. Defiendo la premisa de que Saldanha Marinho fue encargado de instalar la Liga Progresista en Minas Gerais al momento en que fue designado para presidir la provincia. Utilicé periódicos como fuente histórica de investigación para hacer una encuesta de los intercambios de ministerios en la Liga Progresista; una encuesta de los presidentes de Minas Gerais bajo los gobiernos de la Liga; y un análisis de la administración Saldanha Marinho, señalando los resultados y contradicciones en su objetivo de introducir la Liga en Minas Gerais.

Palabras clave: Liga Progresista; experimento progresista; Saldanha Marinho.

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGH-UFRRJ); mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGHIS-UFSJ); graduado em História pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei (DECIS-UFSJ).

A Liga Progressista e a dança ministerial

Na tardinha de quarta-feira, em 4 de junho de 1862, ocorreu um banquete na Casa Carceller, afamada confeitaria na Rua do Ouvidor – cidade do Rio de Janeiro. Da janela, aqueles que passavam pela rua ouviram brindes às ideias liberais, ao triunfo do sistema representativo, à imprensa progressista. Do recinto, brindavam Bernardo de Souza e Franco, José Antônio Saraiva, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Francisco Xavier de Pinto Lima, Manuel Pinto de Souza Dantas, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Félix Xavier da Cunha, Aureliano Cândido Tavares Bastos, Teófilo Benedito Ottoni, Carlos Carneiro de Campos, José Bonifácio de Andrada e Silva (o moço), João Lustosa da Cunha Paranaguá e Zacarias de Góis e Vasconcelos.¹ Fosse em outra época o banquete não chamaria tamanha atenção como naquele início de junho. De certa forma, poderia causar estranheza tantos políticos festejando cinco dias após a queda do gabinete composto pelos mesmos ministros que ali banqueteariam - como Zacarias de Góis, Carlos Carneiro de Campos e José Bonifácio -, afinal brindavam o nascimento da Liga Progressista após a queda do seu primeiro gabinete.

A Liga Progressista surgiu de reuniões (*meetings*) como essas organizadas na Corte, da eleição de 1860 que promoveu o retorno de antigos liberais à Câmara dos Deputados e de demandas por liberdades bancárias e de crédito (ESTEFANES, 2017, pp. 93-94; BARBOSA, 2009, pp. 293-324). Do mesmo modo, surgiu das relações de poder estabelecidas em oposição ao projeto e à dominação dos conservadores. Oposição essa testada e atestada pelo periódico liberal impresso em Diamantina, *O Jequitinhonha*:

Encastelada no Senado, no Conselho de Estado e nos principais empregos, [a oligarquia] faz sentir por toda a sociedade sua maléfica influência; procura absorver todos os poderes, dominar quase todos os ministérios que se tem sucedido, que amparados por ela e crendo que o poder dessa oligarquia dimana da Coroa, julgam-se fortes para afrontarem a opinião pública, esbanjando a seu bel prazer as rendas do Estado, ferindo as leis com seus regulamentos e decretos, e intervindo diretamente nas eleições.²

Tanto para o jornal diamantinense como para a grande maioria dos liberais, o termo “oligarquia” ora designava amplamente todos os conservadores, ora se resumia aos conservadores *puritanos*, outra vez se estreitava ainda mais para se referir à ala saquarema do Partido Conservador. Era contra esses setores conservadores que os mais diversos setores

¹ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 155, 6 jun. 1862.

² *O Jequitinhonha*, Diamantina, nº 19, 16 jun. 1861.

liberais faziam oposição. Eram esses setores conservadores contra os quais alguns políticos do próprio Partido Conservador se desentenderam, promovendo uma ruptura e seu abandono, como assim fizeram José Tomaz Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos, José Antônio Saraiva e Tavares Bastos (IGLÉSIAS, 2004, pp. 105-110).

Alguns historiadores associaram a Liga Progressista à política da Conciliação, entendendo haver uma continuidade entre a política operada pelo gabinete Paraná (1853-1856) e a sucessão de gabinetes da Liga Progressista (1862-1868) (TORRES, 1968, pp. 73-74; CARVALHO, 2007, p. 2). As análises mais recentes sustentam, porém, que a Liga era bastante distinta da Conciliação. Silvana Mota Barbosa (2009, p. 297) assinala que e a Liga Progressista surgiu em um “contexto de disputa eleitoral, de formação de estratégias para as eleições e de problemas econômicos vivenciados pela praça comercial [do Rio de Janeiro]”; um contexto distante daquele da Conciliação. Ricardo Salles (2014, pp. 49-57) entende que a Conciliação, em primeiro lugar, foi a tentativa vitoriosa de Carneiro Leão (marquês de Paraná) em tomar a liderança do Partido Conservador fluminense dos saquaremas, em segundo lugar, foi uma experiência “a partir do governo e não para chegar a ele”, e, em terceiro lugar, tinha o objetivo de promover o progresso social “dentro da ordem”; enquanto que a Liga Progressista foi a expressão do fracasso de tentar isolar politicamente os conservadores *puritanos*. Bruno Fabris Estefanes (2017, pp. 93-94), por sua vez, denomina de “experiência progressista” o contexto de formação da Liga, tanto para prenunciar que se relacionou ao momento de contestação do projeto de direção iniciado pelo Regresso conservador, como para iluminar as “novas práticas eleitorais e arranjos parlamentares que surtiram efeitos imediatos”, visto que despontaram mediante reuniões públicas, comissões e circulares eleitorais buscando manifestar algumas demandas liberais.

Sob esse arranjo a Liga Progressista foi gerada. Subiu ao poder central (Poder Executivo) após a queda do gabinete Caxias, que caíra em 24 de maio de 1862 decorrente de manobras da oposição e de um desarranjo entre deputados conservadores na Câmara dos Deputados. Ocorreu que, em discussão sobre a Resposta à Fala do Trono, o ainda conservador Zacarias de Góis propôs uma emenda que causou desavença na tribuna com o conservador *puritano* e ministro da Justiça, Saião Lobato. Este propôs que da emenda fosse feita questão de confiança, convicto de que o gabinete dispunha de maioria parlamentar. O liberal Francisco Otaviano aproveitou a desavença entre os partidários conservadores para transformar a emenda de Zacarias - e, conseqüentemente, a proposta de Saião Lobato - em questão de desconfiança. Se Otaviano jogou a isca, foi Paranhos quem mordeu o anzol. José

Maria da Silva Paranhos, então ministro da Fazenda do gabinete, aceitou a medida de desconfiança proposta por Otaviano (ABREU, 2004, pp. 110-114; HOLANDA, 2010, pp. 85-86). Desse modo, a medida que Saião Lobato (ministro da Justiça) queria transformar em voto de confiança, em favor do governo, logo se tornou medida para uma moção de desconfiança, contra o governo. Assim, ao aceitar a votação da medida, Paranhos, como membro do governo, reconhecia e legitimava a questão de desconfiança. *O Jequitinhonha* explica o escorregão dos conservadores ministerialistas: havendo “cinco dos ministros nomeados sendo deputados e não podendo tomar parte da votação”, os conservadores ficaram em minoria “e o ministério teve de retirar-se”.³ Sérgio Buarque de Holanda (2010, p. 86) encara o evento como tendo ocorrido pela primeira vez no Brasil “um governo regularmente derrubado, embora com a diferença de um voto apenas, por moção de desconfiança na Casa temporária”.

O que se seguiu com a queda do gabinete Caxias foi a nomeação de Zacarias de Góis para o próximo gabinete, que durou menos de uma semana. Diante disso, em 31 de maio de 1862, o veterano Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda) assumiu o novo ministério. O gabinete Olinda se viu ante uma Câmara dos Deputados fracionada, onde, nas sessões de 1862, não encontrou apoio para seu programa de governo. A solução parecia estar em sua demissão ou na dissolução da Câmara. E, em 12 de maio de 1863, a Câmara foi dissolvida.⁴

A dissolução da Câmara, escreveu *O Jequitinhonha*, “era exigida para a salvação do Estado, para a realidade de um governo representativo constitucional e para livrar-nos de uma oligarquia ávida e interesseira”. A sério, era mais que isso, “é um ato de alta política, é um ato constitucional, que vai buscar a expressão dos cidadãos para a reprovação ou apoio da administração do país”, argumentou. As esperanças liberais estavam depositadas nas eleições convocadas para outubro do mesmo ano. O periódico liberal via nas eleições uma dessas “revoluções morais [que] só se deve esperar benefícios”, isto é, “a agitação dos partidos para a manifestação de suas forças nas urnas é uma revolução pacífica, bem entendida e necessária aos povos civilizados; [...] funda o princípio da liberdade, esclarecendo a opinião pública”.⁵ Aí está o termo “revolução pacífica” utilizado por Joaquim Nabuco (1997, p. 422), aproximadamente 40 anos depois, para qualificar a vitória dos liberais nas eleições de 1860 na Corte. A folha diamantinense, entretanto, o empregava para demonstrar a legitimidade

³ *O Jequitinhonha*, Diamantina, nº 24, 14 jun. 1862.

⁴ *O Jequitinhonha*, Diamantina, nº 117, 9 mai. 1863. Ver também Eide Abreu (2004, pp. 150-151).

⁵ *O Jequitinhonha*, Diamantina, nº 124, 7 jul. 1863.

da agitação dos partidos frente as eleições de 1863. Mas, certo é que as duas eleições se assemelhavam em seu resultado: nos dois pleitos para a Câmara baixa cresceu o número de liberais ocupando assentos. Em 1863, os liberais fizeram maioria, de onde saiu o elemento parlamentar que forneceu a sustentação dos gabinetes da Liga Progressista (IGLÉSIAS, 2004, p. 112).

Instalada a nova Câmara, em janeiro de 1864 o gabinete Olinda pediu exoneração. Sucedeu-lhe o 2º gabinete Zacarias, vigorando de janeiro a agosto do mesmo ano. À este ascendeu o gabinete Furtado (1864-1865), “quando foi o sr. Saldanha quem o derrotou”, lembrava o *Constitucional*.⁶ A referência à queda do gabinete Furtado com o alegado protagonismo de Saldanha Marinho tinha relação com os frequentes vaivéns no interior da Liga Progressista. Um seu membro ou correligionário que ora lhe sustentava apoio, logo podia fazer-lhe oposição, Saldanha Marinho era desses. Aguerrido opositor dos conservadores na imprensa e na tribuna, entusiasta da Liga Progressista na sua gênese, em julho de 1864 divergia contundentemente do então presidente do Conselho de Ministros, Zacarias de Góis. Em 1862 Saldanha Marinho e Zacarias eram juntos saudados no banquete da Liga Progressista, em 1864 Saldanha Marinho atacava Zacarias na Câmara dos Deputados. Em 1865, quando vigia o gabinete Furtado (1864-1865), Saldanha Marinho disputou a presidência da Câmara contra Camilo Maria Ferreira Armond (barão de Prados). Este, o candidato ministerialista; Saldanha Marinho, candidato opositor. Armond ficou com 35 votos, Marinho com 34. Sob essas circunstâncias, Francisco José Furtado soube que não conseguiria manter seu ministério e, por isso, apresentou sua demissão (ABREU, 2004, pp. 197-220). Caía, assim, o quarto gabinete ligueiro.

A valsa das sucessões ministeriais continuou tocando no salão dos anos 1860; e dançavam os gabinetes. Ao gabinete Furtado, sucedeu um novo gabinete encabeçado por Pedro de Araújo Lima. Era o quinto gabinete da Liga Progressista e o único que até aqui conseguira durar mais que um ano – de maio de 1865 a agosto de 1866. “Agora, o gabinete de 12 de Maio é profligado pelos Itaboraís e Ottonis”, sentenciava o *Constitucional*.⁷ Isto é, além da oposição dos conservadores, o 2º gabinete Olinda encontrou obstáculo nos irmãos Teófilo e Cristiano Ottoni. Este rompeu com a Liga Progressista em 12 de maio de 1865, muito devido aos enfrentamentos que encontrou em Araújo Lima e seu ministro da Agricultura (Antônio Francisco de Paula e Souza) quando estava na direção da Estrada de Ferro Pedro II,

⁶ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 1, 19 ago. 1866.

⁷ *Idem*.

contrariando o ministério em decisões sob esse cargo. Teófilo Ottoni também colheu ranços com Araújo Lima. Decerto, os irmãos Ottoni eram eminentes representantes do Partido Liberal. Se algum apoio conferiram aos gabinetes ligueiros foi ao de Furtado, que direcionaram não só o apoio como também grandes expectativas. Foi a esse gabinete que os irmãos *históricos*, e também muitos parlamentares liberais, apostaram seu capital político, encontrando no grupo de Olinda, no grupo de Afonso Celso, no grupo do *Diário do Rio* e em diversos ligueiros grande resistência por fechar-se-lhes portas ministeriais.⁸

O gabinete Olinda caiu por uma “guerra desabrida que se lhe fez [...] em razão da sua política”, comentou o redator do jornal conservador mineiro *Constitucional*.⁹ A folha liberal *Diário de Minas* diagnosticou no mesmo sentido: faltava “harmonia entre seus membros e isso o matou”. Um novo ministério foi organizado novamente - e pela terceira vez - por Zacarias de Góis. Dois políticos mineiros receberam pastas: o senador José Joaquim Fernandes Torres, a pasta do Império, e o jovem deputado Afonso Celso de Assis Figueiredo, a pasta da Marinha. Teófilo Ottoni recebeu o ministério na ponta da espada; e o redator do *Diário de Minas*, entendendo que o senador mineiro queria a chefia do Executivo, escreveu que aquela era uma atitude própria do “liberalismo com certos laivos de aristocracia senhorial”.¹⁰ Assim, em 3 de agosto de 1866, subia o 3º gabinete Zacarias, mantendo-se até 16 de julho de 1868, quando o Partido Conservador retornou ao poder central.

As primeiras presidências de Minas sob o governo da Liga Progressista

As mudanças de gabinetes eram geralmente acompanhadas por trocas na presidência das províncias. Se a mudança promovia uma inversão partidária, decorriam os ânimos provinciais sobre o novo presidente indicado pelo partido alçado ao poder. A ascensão da Liga Progressista, em 1862, levantava esses ânimos.

Logo que o primeiro gabinete da Liga chegou ao Poder Executivo, o redator da folha liberal *O Jequitinhonha* sugeriu que restava ao governo “a árdua tarefa de reparar os males

⁸ Sobre a atuação dos irmãos Ottoni, ver a autobiografia de Cristiano Ottoni (2014, pp. 132-145). Ao lado dos irmãos Ottoni, estava o liberal mineiro Martinho Álvares da Silva Campos também na oposição aos gabinetes encabeçados por ex-conservadores. Ele foi um dos articuladores para a formação de um ministério composto exclusivamente por liberais (CLAUDINO, 2011, pp. 86-90).

⁹ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 1, 19 ago. 1866.

¹⁰ *Diário de Minas*, Ouro Preto, nº 75, 13 ago. 1866.

causados pela administração de seu antecessor de 2 de março”. Para a província de Minas Gerais, continua,

a nomeação de um novo presidente é a mais palpitante necessidade, de um presidente que por ela se interesse com amor de filho, e que não como o Sñr Cunha Figueiredo venha somente dar expansão ao nepotismo e preparar o terreno eleitoral por meio de nomeações em sentido inteiramente exclusivista [...].¹¹

O redator liberal ansiava pela substituição do conservador Cunha Figueiredo na presidência da província mineira. Mas, na imprensa periódica, a melhor evidência sobre o primeiro presidente liberal sob o governo da Liga veio do *Constitucional*, em 1866, que lembrou:

Logo que subiu o partido hoje dominante, foi nomeado para a presidência desta província um estadista importante, sem dúvida, mas que a braços com uma terrível enfermidade, pouco tempo depois da posse expirou sem ter podido fazer coisa alguma em sua efêmera administração.

Sucedeu-lhe como vice-presidente um outro estadista liberal de marca.¹²

Trata-se dos políticos mineiros Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos e Manuel Teixeira de Sousa (futuro barão de Camargos), ambos liberais. Foram nomeados em dezembro de 1862, o primeiro como presidente da província de Minas Gerais e o segundo como seu vice-presidente. Diogo de Vasconcelos era irmão do ideólogo do Regresso, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Na década de 1840, foi juiz de direito, chefe de polícia e presidiu Minas por duas vezes. Na década seguinte, foi eleito deputado geral pelo 1º distrito de Minas (Ouro Preto) e escolhido senador pela mesma província. Agora, em dezembro de 1862, para substituir a administração de José Bento da Cunha Figueiredo, assumia novamente a presidência de Minas. Entretanto, em fins de fevereiro de 1863, com pouco menos de três meses no cargo, Diogo de Vasconcelos adoeceu, entregando a presidência a Teixeira de Souza, para, em 3 de março, vir a óbito.¹³

¹¹ *O Jequitinhonha*, Diamantina, nº 24, 14 jun. 1862.

¹² *Constitucional*, Ouro Preto, nº 1, 18 ago. 1866.

¹³ *O Jequitinhonha*, Diamantina, nº 51, 20 dez. 1862; nº 109, 14 mar. 1863. A trajetória de Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos está em Auguste Sébastien Sisson (1999, pp. 397-399). Teixeira de Souza não assumiu como 1º vice-presidente da província, cargo ocupado pelo conservador José Joaquim Fernandes Torres, que presidia a província até a nomeação de Diogo Pereira de Vasconcelos. Por isso, Teixeira de Souza presidiu a província até que o vice conservador retornasse à capital mineira para reassumir o cargo e esperar que o governo central nomeasse outro presidente.

Dissolvida a Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1863, escreveu o *Constitucional*, para Minas “mandam um indivíduo excessivamente exaltado, instrumento dócil da facção dominante, o qual a tudo se presta com a miragem na deputação por sua província natal”:¹⁴ João Crispiniano Soares, nomeado para a presidência da província em 31 de março de 1863 - e que antes de ocupar esse cargo, havia sido delegado de polícia na cidade de São Paulo e ocupado uma cátedra na Faculdade de Direito de São Paulo.¹⁵ O queixume impresso na folha conservadora não parece desmedido, pois, de fato, em setembro de 1863, o nome de Crispiniano Soares apareceu, ao lado de Antônio Joaquim Ribas, numa chapa do Partido Liberal, disputando as eleições para deputado geral pelo terceiro distrito da província de São Paulo.¹⁶

O intelectual do *Constitucional* lembrou que Crispiniano Soares, logo que assumiu a presidência de Minas Gerais, “conluiado com um chefe de polícia sem prestígio a não ser a sua subserviência abjeta aos cabos da facção dominante à cujas ordens fora consignado, [expediu] demissões em massa”. Em seu raciocínio, as eleições de 1863 foram arranjadas na direção de compor uma Câmara dos Deputados com maioria da Liga Progressista. Para isso, continua,

lança a facção governista mão da força armada para coagir os votantes. Oficiais de patente superior são mandados com tropas proceder a eleição nos lugares onde o partido constitucional tem decidida maioria [...].

Na capital, empregados do governo são enviados, com ajudas de custo ministradas pela secretaria da polícia, para as diversas freguesias do município aliciar eleitores!

Aos funcionários públicos é imposta sem pudor a chapa governista; e ai daquele que no acesso de indignação ousa rasgá-la e calçá-la aos pés! Com uma família numerosa é mandado mais tarde para uma inspetoria inglória bem longe dos pátrios lares!

E dessa arte vencem os progressistas as eleições [...].¹⁷

Ao lado da corrupção, o argumento sobre as fraudes eleitorais é recorrente nas páginas do *Constitucional*, principalmente para caracterizar as ações políticas promovidas

¹⁴ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 1, 18 ago. 1866.

¹⁵ *O Jequitinhonha*, Diamantina, nº 116, 2 mai. 1863; *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 141, 13 ago. 1860; nº 1, 1º jan. 1863.

¹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 245, 7 set. 1863.

¹⁷ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 1, 18 ago. 1866.

por aqueles associados à Liga Progressista. No entendimento dos conservadores da folha ouro-pretana isso levou os ligueiros a conquistar maioria na Câmara dos Deputados nas eleições de 1863.

Em meados de 1864, a política nacional viu nascer um novo problema. As tensões diplomáticas na região do rio da Prata se acalravam. Em agosto, houve uma intervenção brasileira no território uruguaio. Tentava-se de pôr fim à guerra civil ali estabelecida, decorrida do confronto entre dois grupos políticos, *blancos* e *colorados*. Brasil e Argentina cooperaram em favor dos últimos, com o Império agindo para bloquear o porto de Paissandu no rio da Prata. O inesperado, porém, veio do Paraguai. Seja por cólera de ter sido arredado da mediação diplomática na guerra civil uruguaia ou por ter visto uma oportunidade de se impor como potência na região platina, certo é que o Paraguai estava preparado não para a concórdia, mas para o confronto (DORATIOTO, 2002, pp. 55-59; IZECKSOHN, 2017, pp. 392-393; RICUPERO, 2017, p. 202).

Como consequência disso, em Minas, a presidência do liberal e associado à Liga Progressista, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, iniciada em julho de 1864, ficou marcada por ver estourar a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Nos debates da assembleia provincial de 1866 e nos jornais liberais e conservadores, o assunto é recorrente. Na Assembleia, discutia-se que Cerqueira Leite se ocupou sobremaneira de “organizar batalhões de voluntários, [e] dar todas as providências sobre a organização de diferentes corpos da guarda nacional que deviam marchar para o teatro da guerra”.¹⁸ Na imprensa conservadora da província, escrevia-se sobre o recrutamento “de seus filhos [de Minas Gerais] para o serviço da Guerra do Paraguai”.¹⁹

A depender dos jornalistas mineiros as ações da administração Cerqueira Leite ficariam resumidas à guerra, não fosse por uma pequena nota de última página do *Constitucional*, de 1866, em que se lia:

O Snr. desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, ex-presidente desta província, a quem o Sr. conselheiro Ferraz, atual ministro da Guerra, acusou este ano em uma das sessões da Câmara temporária por haver contratado o fornecimento de fardamentos para a expedição mineira por quantias mais elevadas do que as dos contratos feitos pelos presidentes de outras províncias; o Snr. desembargador Cerqueira Leite, acusado pelo Snr.

¹⁸ *Diário de Minas*, Ouro Preto, nº 83, 22 set. 1866.

¹⁹ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 21, 10 jan. 1867.

Saldanha Marinho, deputado da assembleia geral e atual presidente desta província, em seu relatório de 24 de março do corrente ano, por haver autorizado despesas ilegais, acaba de ser agraciado, por decreto de 6 do corrente, com o título do conselho!²⁰

Entende-se disso que, nos idos da década de 1860, as desarmonias entre os membros e apoiadores da Liga Progressista não se circunscreviam às paredes parlamentares na Corte. Elas adentravam Minas num circuito que interligava ministros do Executivo, parlamentares do Legislativo e agentes administrativos provinciais. Na ocorrência acima, Cerqueira Leite era incriminado pelo ministerialista Ângelo Moniz da Silva Ferraz e pelo liberal Saldanha Marinho.

Na Assembleia Provincial, até mesmo os deputados conservadores saíram em defesa do ex-presidente ligueiro.

Nós, membros da minoria, acusamos o sr. Cerqueira Leite; mas os nobres deputados não de se lembrar que nossas acusações limitavam-se a declarar que ele não estava à par da presidência que ocupava, porém reconhecíamos que era um caráter probo e honesto (*apoiados*); nossos discursos aí correm publicados. Acusamos o sr. C. Leite de muitas faltas, mas nunca de corrupto; dizíamos que seus erros eram de inteligência e não de consciência, e até hoje, sr. presidente, eu o tenho em conta de homem muito de bem.²¹

A fala é do deputado provincial conservador Benjamim Rodrigues Pereira, com os expressos *apoiados* de seus colegas de partido, em sessão de 13 de setembro de 1866. O motivo de conservadores saírem em defesa do ex-presidente liberal pode ser encontrado tanto nos autos das sessões da assembleia quanto nos impressos do *Constitucional*. Resumia-se em um nome: Saldanha Marinho.

O experimento progressista em Minas Gerais

Joaquim Saldanha Marinho foi nomeado para a presidência da província de Minas Gerais em 18 de novembro de 1865.²² Saindo do porto do Rio de Janeiro, partiu para Minas a uma hora da tarde do dia 8 de dezembro. Embarcou no paquete *Adelaide*, que o transportou

²⁰ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 5, 15 nov. 1866.

²¹ Os debates da assembleia provincial de Minas Gerais eram transcritos no *Diário de Minas*. Sobre este debate, em específico, ver: *Diário de Minas*, Ouro Preto, nº 97, 10 out. 1866, grifo no original.

²² *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 319, 23 nov. 1865.

até a baía de Mauá – província de São Paulo -, viajando com amigos que lhe dispuseram de banquetes no itinerário. Foi ali recebido por um cortejo de pessoas, e pelas chuvas de dezembro. Pegou um trem e foi para Minas, tomando posse em 18 de dezembro do mesmo ano.²³

À calorosa partida descrita pela folha liberal carioca *Correio Mercantil*, contrastaria o ressabiamento dos intelectuais conservadores do *Constitucional*. “Moro na roça, onde nasci. Só vou ao arraial ouvir a missa aos domingos. / Sou na extensão da palavra matuto”, autor representava-se um roceiro (agricultor) de Piranga e correspondente do periódico conservador. Foi um tal Xico Rita, em visita à sua roça, que inicialmente lhe contara a novidade: o “governador da província” estaria em Piranga. Seu caráter matuto, todavia, não conteve o espanto de suas impressões sobre Saldanha Marinho: o presidente tinha estatura regular, de avolumada constituição – “tem peitos de aguentar uma foice ainda com sol o mais quente” -, rosto largo, pele morena abronzeada, cabelos grisalhos e uma barba que protuberava na ponta do queixo.²⁴ Saldanha Marinho tinha personalidade patusca, que os intelectuais do *Constitucional* faziam questão de censurar com certa austeridade caracteristicamente conservadora. Haja vista que, certa feita, Saldanha Marinho mandou uma intimação a Carlos de Assis, comandante superior da Guarda Nacional de Ouro Preto, o rechaçando por negligência “nos negócios da guerra”, solicitando sua presença imediata no palácio da Presidência da Província. “Pálido e trêmulo” - lê-se no *Constitucional* - o comandante se apresentou diante do presidente, que gritava e ameaçava-o de demissão. Já sem argumentos, Carlos de Assis se espantou com um abraço de Saldanha Marinho, que lhe fez ver que “tudo aquilo não passava de uma caçoada do 1º de Abril!” A gaiatice foi repetida, em outro momento, com um funcionário da secretaria do governo. Solicitado que respondesse a “acusações gravíssimas contidas [num] jornal” sob pena de demissão, leu e releu, e nada encontrando, foi “completamente pasmo e meio maluco” se haver com Saldanha Marinho, que “o recebe com gargalhadas” declarando se tratar do *primeiro de abril*.²⁵

Ademais desse retrato intimista, a biografia de Saldanha Marinho se iniciou em Olinda, onde nasceu a 4 de maio de 1816. Filho do capitão Pantaleão Ferreira dos Santos e de Ágata Joaquina de Saldanha. Em 1836, bacharelou-se em ciências sociais e jurídicas, na

²³ *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, nº 335, 9 dez. 1865.

²⁴ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 17, 7 dez. 1866.

²⁵ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 36, 6 abr. 1867.

Faculdade de Direito de Olinda. Terminado o curso superior, mudou-se para o Ceará, onde viveu doze anos ocupando os cargos de promotor público, professor de geometria, secretário de governo e deputado provincial. Em 1848, elegeu-se deputado geral e transferiu sua residência para a Corte, onde atuou como advogado até 1860. Foi novamente eleito em 1860 e em 1863, pelo município neutro, e em 1867, por sua província natal. Além da província de Minas Gerais, também presidiu a província de São Paulo. Foi maçom; e eleito grão-mestre do círculo do Grande Oriente do Brasil do Vale dos Beneditinos, cargo que ocupou até março de 1882. Na década de 1860, transitou do liberalismo ao radicalismo, e, no final da década, passou a ser um dos principais nomes do movimento republicano na Corte (BLAKE, 1898, pp. 237-238; BARATA, 1995, p.131; ALONSO, 2002, p. 106).

Seu retrato político foi em grande medida traçado através da imprensa. Ou, como escreveu Joaquim Nabuco (1997, p. 558), ele “viera da imprensa, tinha a familiaridade, o caráter comunicativo da profissão”. Saldanha Marinho havia assumido a direção do *Diário do Rio de Janeiro* em 18 de fevereiro de 1860; recebendo de Delfino José Ferreira a concessão do periódico pelo período de seis anos a contar dessa data. Juntamente com a concessão – testifica, em carta publicada, o escrivão do juiz de direito da Corte -, recebeu duas grandes somas, via crédito do Banco Rural e Hipotecário, para aplicar na folha que se tornaria defensora da política liberal e da Liga Progressista na Corte: um crédito de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis), que se esgotou em 21 de junho de 1860; e outro de 14:000\$000 (quatorze contos de réis), esgotado em 31 de março de 1861. A partir de 1860, passou a acumular capital político e figurar entre os dirigentes nacionais do Partido Liberal. Conferiram-lhe o periódico liberal e os avultados créditos. Estes provavelmente auxiliaram nas eleições de 1860 para a Câmara temporária, uma vez que elas foram prodigiosamente financiadas pelos comerciantes da praça carioca. E Saldanha Marinho se elegeu. Graças ao *Diário do Rio*, o pernambucano radicado na Corte se tornou um reconhecido liberal, sua aliança passou a ser desejada, sua oposição temida.²⁶

Também em Minas Geras sua influência política se tornou um importante dispositivo de mobilização político-partidário. Em 30 de janeiro de 1866, logo que se instalou no cargo de presidente de Minas, Saldanha Marinho promoveu uma grande reforma administrativa.

Desde a década de 1830, a estrutura administrativa do governo provincial de Minas Gerais não havia passado por significativas modificações. Em 1835 a administração provincial

²⁶ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 12, 3 nov. 1866. Joaquim Nabuco (1997, p. 422) é quem sustenta que os comerciantes da cidade do Rio de Janeiro financiaram as eleições de 1860/1861.

era organizada através de cinco instâncias: a força policial, a Mesa das Rendas, a Secretaria de Governo, a instrução pública e a Inspetoria das Estradas. Nos anos de 1839, 1849 e 1859 houve importantes reformas no sentido de enxugar as instâncias administrativas; até que, em 1859, passou a vigorar três grandes instâncias sob o comando da Presidência da Província, a saber, a Secretaria de Governo, a Tesouraria Provincial e a Secretaria de Polícia. Essa formatação vigorou até a ampliação da estrutura administrativa feita por Saldanha Marinho, em 1866, acrescentando mais três instâncias, dobrando, portanto, os departamentos provinciais subordinados à Presidência da Província. Às Secretarias do Governo, Tesouraria Provincial e Secretaria de Polícia, somaram-se as Inspetoria Geral da Instrução Pública, Diretoria Geral de Obras Públicas e Inspetoria Geral de Imigração.²⁷

Em termos práticos, era necessário contratar agentes administrativos para as instâncias recém-criadas, aumentando-se com isso as despesas. O corpo policial foi inchado. Se antes seu funcionamento ocorria sob o controle de 13 oficiais, após a reforma, o oficialato foi para 27 membros, para o controle de 258 praças. Criou-se, também, esquadrões de guardas municipais em todas as localidades da província administrativamente consideradas vilas e cidades, contratando-se, para isso, 631 praças.²⁸ A repartição de Obras Públicas teve todos os seus processos administrativos submetidos à decisão final da Presidência da Província. Nesta, estabeleceu-se um centro de onde partiam as análises “das obras mais urgentes e vantajosas, e das estradas que de preferência devessem ser abertas”, bem como “o estudo do melhor sistema de viação, a seguir-se da adoção de um plano geral ao qual ficassem subordinadas todas as obras públicas que houvessem de ser empreendidas”.²⁹ Em contrapartida a esses novos desembolsos, a antiga Mesa das Rendas, que passa então a ser denominada Tesouraria Provincial, teve sua escrituração simplificada e o pessoal diminuído, indo de 47 para 30 o total de empregados.³⁰ No entanto, os novos contratados receberam um aumento em seus ordenados; ainda que houvesse uma redução anual de 7:254\$140 (sete milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta réis) dos cofres públicos provinciais.³¹ Consta, também, que da nova repartição fiscal da Tesouraria foram demitidos

²⁷ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 1, 18 ago. 1866. Organogramas indicando as reformas administrativas promovidas em Minas Gerais, de 1835 a 1889, foram anexados no trabalho de Lidiany Silva Barbosa (2011, pp. 76-78).

²⁸ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 32, 6 abr. 1867; *Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1866 o 2º vice-presidente Joaquim José de Santana*. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1866, pp. 5-6. CRL. Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais, 1866.

²⁹ *Relatório...* op. cit., p. 6.

³⁰ *Relatório...* op. cit., p. 7.

³¹ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 32, 6 abr. 1867; *Relatório...* op. cit., p. 7.

“os poucos empregados conservadores que eram ainda ali tolerados”, segundo a querela de um dos desonerados.³²

Com a reforma administrativa, o cálculo político de Saldanha Marinho pretendia, por um lado, concentrar maior quantidade de poder decisório em suas mãos e, por outro lado, reordenar em sentido político-partidário o corpo de agentes administrativos que lhe estariam prontamente desimpedidos e lealmente disponíveis. Do 18 de dezembro de 1865, o qual tomara posse, ao 30 de janeiro de 1866, ele promoveu a maior reforma administrativa em Minas Gerais desde 1835. E mais, tal reforma apenas pôde ocorrer com a anuência da assembleia provincial mineira.³³ Entende-se disso que, nesses aproximados quarenta e poucos dias à frente da presidência de Minas, Saldanha Marinho garantiu o apoio da maioria dos deputados provinciais e ampliou a efetivação de seu poder mediante as instituições administrativas provinciais. E isso, de fato, não era pouco.

Além da reforma, o novo presidente de Minas logo se ocupou de contratar um periódico que publicasse os atos oficiais da administração provincial e, paralelo a isso, que apoiasse a Liga Progressista frente a opinião pública. Subsidiou, para tanto, a instalação de uma tipografia em Ouro Preto. O contrato de 28 de fevereiro de 1866, estabelecido com João Francisco de Paula Castro, concedeu 4:000\$000 (quatro contos de réis) adiantados para a montagem de um prelo mecânico, mais uma subvenção de 12:000\$000 (doze contos de réis) anuais para a continuidade das publicações e a manutenção da oficina tipográfica.³⁴ Dessa forma, em 1 de junho de 1866, saía do prelo a primeira edição do *Diário de Minas*. Se, de um lado, até fevereiro de 1866 Saldanha Marinho estava à frente da gerência e da redação do *Diário do Rio de Janeiro*, a folha que tinha a colaboração de Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Francisco Pinheiro Guimarães e Henrique César Muzzio (SODRÉ, 1983, p. 192); de outro lado, em meados de 1866, já presidente de Minas, instalou uma folha para sustentar a bandeira da Liga Progressista na província mineira.³⁵ Do grupo do *Diário do Rio*, Henrique César Muzzio viajou à Minas com Saldanha Marinho para atuar como secretário geral da Presidência da Província. Machado de Assis e Quintino Bocaiúva continuaram na Corte promovendo movimentações políticas em favor de seu grupo político. E há indícios de que

³² *Constitucional*, Ouro Preto, nº 1, 18 ago. 1866

³³ *Idem*.

³⁴ *Diário de Minas*, Ouro Preto, nº 76, 14 set. 1866; *Constitucional*, Ouro Preto, nº 5, 15 nov. 1866.

³⁵ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 7, 29 set. 1866.

após encerrado o período de concessão desta folha, Saldanha Marinho continuou exercendo influência em sua redação.³⁶

Na presidência de Minas, seu poder seria redirecionado. Promovendo a criação do *Diário de Minas*, Saldanha Marinho usava de seu capital político para aumentar sua influência na província mineira. Nesse sentido, o periódico liberal mineiro não apenas lhe ofereceu aliados na província que então presidia, como também auxiliou em seu objetivo de nela instalar a Liga Progressista. Negando-o, o redator do *Constitucional* também o ressaltava:

Este partido *progressista* ou *imperial* que S. Exc. veio criar em Minas, e com o qual conta, não existe senão no cérebro exaltado de S. exc., no pensar insensato da camarilha que o serve, e no de sua polícia imoral e desconceituada. [...]

S. Exc. poderá com suas patacoadas iludir os espíritos superficiais das grandes cidades, porém jamais a homens refletidos e pensadores, criados e educados na simplicidade e realidade da vida campestre.³⁷

O alvo da crítica era, claramente, Saldanha Marinho. A “camarilha que o serve” eram os liberais e ligueiros que o apoiavam na Assembleia Provincial. O “partido progressista” – isto é, a Liga Progressista –, segundo o redator conservador, não vingou em Minas, pois os mineiros, conscienciosos e de vida simples, não o aceitaram. Por esse entendimento, um partido político não se instalaria apenas sob a vontade de dirigentes externos e nem a partir do acordo entre aqueles que o segue. Seria necessário um consentimento social amplo.

O deputado provincial Benjamin Rodrigues Pereira, um intransigente opositor do presidente liberal, discursando na Assembleia Provincial, estuou que Saldanha Marinho viera para a província “plantar a liga pela corrupção dos caracteres e depravação dos costumes”.³⁸ E esse papel ativo de Saldanha Marinho para realizar o experimento da Liga

³⁶ O escrivão da oficina de juiz de direito da Corte, Joaquim Ferreira Pinto, testemunha que, após fevereiro de 1866, finalizada a concessão do *Diário do Rio*, Saldanha Marinho abriu uma outra tipografia, “posta em nome de terceiros”, onde passou a imprimir “os relatórios do governo, o relatório da exposição nacional, e muitas outras obras de valor”. In: *Constitucional*, Ouro Preto, nº 12, 3 nov. 1866. É provável que após a ida de Saldanha Marinho para Minas Gerais, o *Diário do Rio* ficou à cargo de Quintino Bocaiúva e, em fins de 1866, de Machado de Assis (ASSIS, 2008, pp. 6-7, nota 1). Este, de fato, em carta datada de 9 abril de 1867, destinada a Quintino Bocaiúva, em tom de agradecimento, escreve que “A mão que me fez entrar para essa casa há 7 anos é a mesma que tão lealmente me dá o adeus de despedida”. Há, ainda, cartas trocadas com Henrique César Muzzio, em fins de 1866, através das quais este envia a Machado de Assis artigos recomendados por Saldanha Marinho para serem publicados no *Diário do Rio*. Ver: Machado de Assis para Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1867 – transcrito em Machado de Assis (Ibidem, p. 212); e Machado de Assis para Henrique César Muzzio, Ouro Preto, 10 de novembro de 1866 – transcrito em Machado de Assis (Ibidem, p. 117).

³⁷ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 19, 22 dez. 1866, grifos no original.

³⁸ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 5, 15 set. 1866.

Progressista em Minas era uma percepção que não se limitava apenas aos conservadores. Os liberais do *Diário de Minas* tornavam ainda mais claro o objetivo do presidente liberal: “a liga de 1863, aceita e saudada por todo o país, não era ainda conhecida em Minas Gerais nos fins do ano passado [1865]. Foi o Sr. Saldanha Marinho que a trouxe”.³⁹ Cristiano Ottoni, em meados de 1867, discursando na Câmara dos Deputados, não poderia ser mais enfático a respeito dos trabalhos de Saldanha Marinho na província mineira:

O ilustre Sr. presidente da província de Minas dirigiu-se àquela província com um fim político, que era, e não podia ser outro, apoiar-se no partido progressista que encontrasse na província, ou fundá-lo no caso contrário. (*Apoiados e não apoiados*).⁴⁰

A fala de Cristiano Ottoni carrega mais detalhes. Segundo ele, era “fato averiguado que não havia partido progressista em Minas”. Chegando na província mineira, Saldanha Marinho

encontrou foi o partido liberal que é a grande maioria da minha província. (*Apoiados*).

Encontrou S. Ex. também o partido conservador, que tem raízes verdadeiras na população; não achou terceiro partido. E devo ainda acrescentar que os liberais se achavam em grande maioria na assembleia provincial. Dificil posição; e os fatos provam que a solução do problema dado pelo ilustre presidente foi dar arras ao partido liberal, não o descontentando, consentindo que distintos liberais elegeassem deputados liberais, dos que não se tivessem pronunciado abertamente contra o ministério.

Nas nomeações de confiança, onde quer que achasse progressistas, preferiria aos liberais das melhores têmperas; exemplos, Mar de Hespanha, Juiz de Fora e outros termos; onde não os havia, preferia liberais a conservadores; e, se é este o maior número de casos, é porque a planta exótica não se tinha ali aclimatado.⁴¹

Embora Cristiano Ottoni tenha se tornado um desafeto dos ligueiros na Corte, seu discurso em muito conflui com as letras traçadas por liberais e conservadores na imprensa mineira. Revela, ainda, nuances que não fosse a desafeição dificilmente seriam trazidas à

³⁹ *Diário de Minas*, Ouro Preto, nº 88, 28 set. 1866.

⁴⁰ Anais da Câmara dos Deputados, *sessão de 1º jul. 1867*, p. 14, grifos no original.

⁴¹ Anais da Câmara dos Deputados, *sessão de 1º jul. 1867*, p. 14, grifos no original.

tona. Em primeiro lugar, antes da administração Saldanha Marinho, parece não haver movimentações para se formar – ou introduzir – a Liga Progressista em Minas Gerais. Ali chegando, o então presidente liberal se viu diante da tarefa. Em segundo lugar, para conseguir promover a reforma administrativa da província e operar politicamente em favor da Liga, teve que fazer concessões à maioria da assembleia provincial; essa, nas palavras de Ottoni, a “maioria liberal, destes que quiseram chamar históricos para os distinguir das ruínas do *partido progressista*, essa maioria”.⁴² Para isso, contou com os deputados provinciais Francisco Teixeira Amaral e José Cesário de Faria Alvim como mediadores para capitanear votos na Assembleia Provincial.⁴³

Mas, *mediadores* não é sinônimo de *garantidores*. Teve, por isso, que movimentar-se politicamente no sentido de arranjar as eleições em favor do Partido Liberal mineiro, ou, mais especificamente, dos liberais *históricos* que não faziam oposição aberta à Liga Progressista. Essa contrapartida tanto ficou clara que, durante as eleições de 1867 para a Câmara temporária, Saldanha Marinho realizou uma expedição eleitoral pela província de Minas com tal objetivo. Da Corte, soube-se da expedição:

O Sr. Saldanha Marinho por lá passeia procurando plantar pelos lugares por onde passa a árvore parasita do *progresso*. A viagem de S. Ex^a pela província não tem por fim, como ele diz, angariar homens para o serviço da guerra, seu fim, porém, é bem diverso, missionário de uma política façanha e miserável, ele apregoa suas doutrinas de progresso, e prepara o campo para a vitória dos filhos *barrigudos*.⁴⁴

Nos embates travados na imprensa periódica, os conservadores traduziam *liqueiros* por *barrigudos*. Tal como Cristiano Ottoni chamou a Liga Progressista de *planta exótica*, na ocorrência acima, o intelectual conservador traduziu por *árvore parasita*. E tudo isso para

⁴² Idem, grifos no original. A assembleia provincial mineira, formada em 1866, contava com maioria de liberais. Dos 40 deputados, 35 eram liberais e ex-conservadores. Os outros 5 formavam uma minoria de conservadores. Eram, entretanto, uma minoria aguerrida, que fez oposição à Saldanha Marinho durante todo o tempo em que este fora presidente da província. Ver: *Constitucional*, Ouro Preto, nº 21, 10 jan. 1867.

⁴³ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 5, 19 set. 1866; nº 63, 9 nov. 1867. Guilherme Claudino (2011, pp. 99-106) considerou que a assembleia provincial mineira apoiara as ações políticas de Saldanha Marinho “durante toda a sua administração”. Desconsiderou, entretanto, que o movimento político não era de mão única. Para o autor, Saldanha Marinho se impôs politicamente em Minas, auxiliado por Afonso Celso de Assis Figueiredo e Francisco de Paula da Silveira Lobo. Penso ser improvável. Em primeiro lugar, porque os dois liberais mineiros se deslocaram para a Corte em 1864 não exercendo, portanto, influência direta na política provincial. Em segundo lugar, porque Saldanha Marinho precisava de apoio político na Assembleia Provincial para uma efetiva administração da província, como, por exemplo, aprovar uma grande reforma tal como aquela por ele implementada. Há, destarte, na análise de Claudino um superdimensionamento e uma supervalorização da atuação política de Saldanha Marinho quando na presidência de Minas Gerais.

⁴⁴ *Constitucional*, Ouro Preto, nº 20, 3 jan. 1867, grifos no original.

dizer que a Liga Progressista não conseguiu boas condições de enraizar-se no território montanhoso de Minas Gerais. Com totalidade política própria, Minas olhava ressabiada para a coalizão política que se formara na Corte.

Considerações finais

A atuação política de Saldanha Marinho na presidência da província de Minas tencionava o funcionamento da política mineira. Minava em muito o poder dos conservadores, desestabilizando os conflitos gerados das relações de poder. As ações do presidente liberal distendiam o *nexus* formado desse conflito. Afinal, ele tentou instalar a Liga Progressista na província; ousou implementar reformas há muito não realizadas; incentivou a criação de um periódico diário para apoiar liberais e sustentar a política ministerial; ganhou apoiadores na Assembleia Provincial e, para tal, comprometeu-se em eleger dirigentes liberais.

À medida que os mineiros liberais e simpatizantes da Liga se alinhavam a Saldanha Marinho para implementar ações pautadas pela política ligueira da Corte, tinha-se Liga Progressista em Minas. Nessa lógica, pode-se concebê-la apenas circunscrita aos espaços institucionais de decisão política na província. A análise dos editoriais e das correspondências publicadas no *Diário de Minas* – o periódico mineiro que mais se pronunciava em favor da Liga Progressista – não forneceu indícios de formação de diretórios, centros ou agremiações partidário-eleitorais de apoio à Liga Progressista nas diversas freguesias da província. Encontrou-se, por outro lado, amplo apoio e um sentimento associativo ao Partido Liberal. Fala-se em comícios, reuniões, chapas eleitorais e diretórios locais relativamente alinhados ao Partido Liberal de Minas Gerais. Nas páginas da imprensa conservadora aqui consultada, seus intelectuais aventam a existência de “progressistas” ou ligueiros em duas circunstâncias, ao menos: em primeiro lugar, para se referir a ex-conservadores que passaram a flertar com a Liga Progressista e com o Partido Liberal; e, em segundo lugar, na medida em que tentavam associar depreciativamente as ações dos liberais mineiros como sendo subordinadas a um agente político externo a Minas. Isto é, os intelectuais conservadores (redatores, publicistas, literatos, jornalistas, etc.) operavam no senso comum e na opinião pública no sentido de minar a ação política percebida de seus adversários. Por esse motivo, o termo *progressista* geralmente é invocado pela imprensa conservadora mais para expor seus adversários liberais ao ridículo – os associando, por

exemplo, a “barrigudos” - do que para explicá-los. Essa exposição era um dos principais efeitos retóricos causados pela presença de Saldanha Marinho em Minas Gerais. Considerando tudo isso, a Liga Progressista em Minas Gerais tratou-se de um experimento, desses em que as intenções potencializam a percepção dos resultados, mas os resultados são insuficientes frente à disposição das intenções.

Referências Bibliográficas

ABREU, Eide Azevedo S. *O evangelho do comércio universal: o desempenho de Tavares Bastos na liga progressista e no Partido Liberal (1861-1872)*. Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis, tomo I (1860-1869)*. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano (1870-1910). *Lócus, Revista de História*, vol. I, nº 1, 1995.

BARBOSA, Lidiany Silva. *Tropas e ferrovias em uma província não-exportadora: Estado, elites regionais e as contradições da política de transportes no início da modernização – Minas Gerais (1835-1889)*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. (Orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro, vol. 4*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

CARVALHO, José Murilo de. Liberalismo, republicanismo e radicalismo nos anos sessenta o século dezenove. *Working Paper*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, nº 87, 2007.

CLAUDINO, Guilherme Pereira. “Uma verdadeira torre de babel”: entre a Corte e a Província – a Liga Progressista em Minas Gerais (1862-1868). Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del-Rei, 2011.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *A Muralha de Bronze: a formação da Liga Progressista no Império do Brasil. Representação, soberania e rearticulação partidária: 1957-1862*. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil monárquico, vol. 5: reações e transações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, vol. 2: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império, vol. 1*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

OTTONI, Cristiano. *Autobiografia de C. B. Ottoni: natural da Vida do Príncipe, depois da cidade do Serro, na província de Minas Gerais*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2014.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, vol. 3: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres, vol. 1*. Brasília: Senado Federal, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TORRES, João Camilo O. *Os construtores do Império: ideias e lutas do Partido Conservador brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.



Recebido: 13 de maio de 2020

Aprovado: 04 de julho de 2020